ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2005/2009

ACTA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

REALIZADA NO DIA 26 DE ABRIL DE 2007

ACTA Nº 16

Aos vinte e seis dias do mês de Abril de dois mil e sete, pelas 21,20 horas, no Auditório da Biblioteca Municipal em Palmela, realizou-se uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal do Concelho de Palmela, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 – 1ª. Revisão ao Orçamento 2007 e Grandes Opções do Plano 2007/2010

2 – Aditamento ao Protocolo de Delegação de Competências celebrado entre a Câmara Municipal de Palmela e a Junta de Freguesia de Marateca

3 – Participação da Câmara Municipal de Palmela na constituição da Associação de Municípios Portugueses do Vinho

A Mesa foi constituída pelo seu Presidente, Victor Manuel Barrocas Borrego e pelos Secretários Maria Amélia Colaço Fragoso Ludovina das Dores e Simplício Joaquim Guerra Piteira.

Feita a chamada verificou-se a falta de:

- Sr. Joaquim Caçoete da CDU
- Sr. Pedro Ramos da CDU
- Sr. Dr. Valentim Pinto da CDU
- Sr. António José Santos do PS
- Sra. Dra. Carla Sofia Oliveira do PS

Presentes, em representação do Executivo Camarário:

- Sra. Presidente Ana Teresa Vicente
- Sr. Vereador Adilo Costa

- Sr. Vereador José Braz Pinto
- Sr. Vereador José Carlos Sousa

Iniciando os trabalhos, o **Sr. Presidente da Mesa** informa que:

- Sr. António José Santos justificou falta à sessão de hoje, por motivos pessoais, tendo a mesma sido considerada justificada. Fez-se substituir pelo Sr. Vítor Manuel Bastos da Fonte que se encontra presente e irá tomar posse. De imediato procedeu-se à tomada de posse e assinatura da respectiva acta que ficará apensa à presente.

- Sr. Joaquim Caçoete justificou falta à sessão de hoje, por motivos de saúde, tendo a mesma sido considerada justificada. Fez-se substituir pelo Sr. José Conceição Pato, que se encontra presente.

Solicita aprovação em minuta dos pontos que irão ser discutidos, para poderem produzir efeitos imediatos.

Por se tratar de uma sessão extraordinária não haverá lugar à intervenção do público pelo que de imediato dá início ao período da Ordem do Dia.

1 – 1ª. Revisão ao Orçamento 2007 e Grandes Opções do Plano 2007/2010

Sr. Presidente da Mesa, pergunta à Sra. Presidente da Câmara se quer aduzir mais algum esclarecimento à proposta.

Sra. Presidente da Câmara, diz que aguarda pedidos de esclarecimento.

Sr. Presidente da Mesa, pergunta se alguém tem alguma questão a colocar.

Sr. José Manuel Silvério do PS apresenta cumprimentos a todos os presentes.

Em relação ao ponto em discussão diz que a Revisão ao Orçamento tem como factor essencial a incorporação do saldo de gerência do orçamento de 2006 no orçamento de 2007 reforçado com uma receita de execução.

Refere o segundo parágrafo da proposta onde é feita a explicação acerca do acréscimo da despesa. São encargos com obras que, em sua opinião, já deveriam estar feitas mas que ainda não começaram.

Em relação à proposta da 1ª. Revisão ao Orçamento de 2006, que foi aprovada em 09 de Maio de 2006, é dito na primeira página que: *" …com esta revisão e reforço ficam com verbas no Orçamento ou são reforçadas as seguintes acções: Construção do novo edifício da administração*

urbanística – Projecto e obra e Ampliação e beneficiação da EB1/JI de Cajados…", isto só para referir duas obras. Ao consultar o plano de revisão que é hoje apresentado verifica que estas, e outras obras, aparecem novamente. Verifica-se assim facilmente que estas, como muitas outras obras, estão por começar há anos.

Não há desculpas possíveis para o executivo desta Câmara, porque a da culpa ser dos outros não pega. É a própria Câmara que, no documento do ano passado, nos diz que no orçamento do ano passado existiam verbas para fazer as obras. Pergunta porque não as fez. Está na hora da maioria da CDU, nesta Assembleia, questionar o que anda este executivo a fazer. Ser solidário não é ser subserviente, porque assim, perdem toda a moral por andarem a falar dos outros, quando nesta Câmara não fazem nada do que dizem.

Nas Despesas Correntes existem questões que se apresentam que devem ser levantadas nesta Assembleia. Carecem de explicações as verbas atribuídas à locação de edifícios, porque todos os organismos da Câmara têm dotação na rubrica e totalizam 512.825,00 €. Não estão contabilizados os edifícios das escolas onde está previsto gastar 398.971 €. Diz que há mesmo organismos da Câmara onde custa a entender os números que são apresentados pelo que passa a enumerar alguns exemplos. Realça o caso do Departamento de Administração Urbanística, onde aparece um valor de 81.910 €, porque a Câmara paga à Santa Casa da Misericórdia de Palmela pelas instalações do antigo hospital mais de 6.000 € por mês o que perfaz o valor referido. O valor anual pago, multiplicado pelos quatro anos de mandato, totaliza o valor de 327.664 €, que daria para fazer o edifício do Departamento de Administração Urbanística.

Nos Outros Trabalhos Especializados, existem também questões que gostava fossem explicadas. São os casos da Divisão de Águas e Residuais, com 1.668.500 € e a Divisão de Ambiente e Serviços Urbanos com 1.565.000 que, provavelmente, têm a ver com os sistemas intermunicipais. No ano transacto, as verbas atribuídas a estas rubricas tiveram o valor de 1.388.472 € e este ano totalizam 3.438.064 €, ou seja, cerca de 150% a mais.

Menciona ainda outra rubrica difícil de entender pelos membros da Assembleia e que é a dos Outros Serviços. Refere que há muitos departamentos e divisões que têm custos nesta rubrica, mas há um que sobressai que é a Divisão de Acção Cultural. Não só pela verba ser no valor de 182.000 €, mas gostava de saber qual o critério da Câmara para a definição da mesma. No ano transacto, nesta rubrica aparecia com mais dotação a Divisão de Turismo, com 156.000 €, sendo que este ano aparece a Divisão de Acção Cultural. Em seu entender, aparecem diluídos pelos serviços financeiros da Câmara os gastos com muitas publicações, a juntar a outras existentes na Divisão de Informação e Comunicação, e estão contabilizados com outras classificações do Orçamento.

Nas rubricas não especificadas desta Câmara, e deste Orçamento, em todos os organismos da Câmara houve um reforço das dotações nas classificações Outros Serviços e Outros Trabalhos Especializados, ou seja, rubricas onde é difícil identificar como é que o dinheiro é gasto.

Mesmo considerando que este documento é a base de um Orçamento que irá sofrer alterações, como todos os Orçamentos, não deixa de evidenciar pouco cuidado com certos gastos.

Termina dizendo que o Partido Socialista é da opinião que os gastos supérfluos devem ser eliminados, independentemente da situação financeira da Câmara.

Sr. Pedro Ramos da CDU, inicia participação nos trabalhos cerca das 21,35 horas.

Sr. Dr. Bracinha Vieira do PSD apresenta cumprimentos a todos os presentes.

Em sua opinião, não será razoável, neste momento, fazer considerações de pormenor e considerações políticas sobre a 1ª. Alteração Orçamental na medida em que o Orçamento foi aprovado em fins de Dezembro, a Conta de Gerência foi discutida há muito pouco tempo tendo esse sido o momento privilegiado para se fazerem comentários e criticas de fundo de natureza política.

Acha que, tratando-se de uma primeira revisão do documento estruturante da actividade camarária, a Assembleia deve examiná-lo com cuidado e deve exercer a sua função fiscalizadora. É nesse sentido que decidiu intervir apesar de não ter muitos comentários a fazer.

Os reforços vão fundamentalmente para pagamentos de despesas do exercício anterior e faz-se a afectação do saldo de gerência. Realça que o maior reforço de verbas vai para rubrica Habitação e Serviços Colectivos e congratula-se com o reforço de verba para o abastecimento de água. Tendo em conta esse reforço, pergunta em que situação se encontra a obra do reforço de abastecimento de água ao núcleo rural de Aldeia Nova da Aroeira e se o furo de captação de água, feito há mais de 15 anos que estava sem ser utilizado, vai ser reutilizado.

Termina dizendo que o grupo do PSD se vai abster, em sintonia com a votação que fez na aprovação do Orçamento.

Sr. Carlos Guinote do BE, refere que não era sua intenção intervir neste ponto mas, resolveu fazê-lo após ter ouvido a intervenção do Sr. José Manuel Silvério.

Não querendo fazer a defesa da Câmara, relembra que numa outra sessão, a propósito do seu desconhecimento da existência de psicólogos num conjunto de técnicos que vinham mencionados numa determinada proposta, o Sr. José Manuel Silvério chamou-lhe à atenção que, apesar desse desconhecimento, ia falar sobre o assunto. Desconhecia de facto a existência de psicólogos e deu a sua opinião sobre o assunto. Agora o Sr. José Manuel Silvério exagera ao dizer que nesta Câmara não se faz nada do que se promete. Ao fazer afirmações desta natureza e se estiver a ser sincero, que acredita que sim, demonstra grande ignorância.

Sr. Dr. Miranda Lemos do PS apresenta cumprimentos a todos os presentes.

Tal como o Sr. Carlos Guinote também estava para não intervir, mas após ter ouvido a sua intervenção resolveu fazê-lo. Diz que a bancada CDU se deve rever com muita alegria sempre que o Sr. Carlos Guinote fala.

Esclarece que sempre que um camarada seu fala, é pela bancada do PS e quando o Sr. Carlos Guinote fala do Sr. José Manuel Silvério, fala dos deputados do Partido Socialista.

De facto não tem a ousadia de passar atestados de menoridade seja a quem for e muito menos aos seus pares. Mas o Sr. Carlos Guinote, homem de grande saber, concerteza que se arroga e tira-lhe o chapéu por isso.

Em sua opinião, depois de ler o documento em discussão, não são necessários psicólogos mas sim psiquiatras, , uma vez que ficaram de alguma maneira perturbados. Em sede própria, e isso já foi feito na Câmara Municipal pelos Srs. Vereadores, deverá ser feita uma análise mais critica deste mecanismo das revisões orçamentais e que é perfeitamente legal.

Termina acrescentando que, apesar de não ter sido dito, ficou implícito que o Partido Socialista votará contra.

Sr. José Manuel Silvério do PS, refere que as suas intervenções são feitas com base em documentos e por isso vai deixar ao Sr. Presidente da Mesa o documento que serviu de base à sua intervenção. Percebe porque é que o Sr. Carlos Guinote está muito incomodado, mas foi porque disse a verdade. Sempre que o Sr. Carlos Guinote intervém fala ao vento, fala daquilo que julga que durante os anos todos lhe dá o direito de saber tudo. Como não é essa a sua postura, regula-se sempre pelos documentos que tem e pela realidade.

Sr. Presidente da Mesa, dá a palavra à Sra. Presidente da Câmara para esclarecimentos.

Sra. Presidente da Câmara apresenta cumprimentos a todos os presentes.

Relativamente às questões concretas que foram colocadas não tem muito a dizer, no entanto, chama a atenção para um ou outro aspecto em concreto.

Das análises feitas conclui que se estão a comparar documentos que não são comparáveis. Não se pode comparar a 1ª. Revisão Orçamental deste ano com a 1ª. Revisão Orçamental do ano anterior uma vez que, desde logo, são dados dois exemplos de obras que não estão na revisão que se está a discutir. Percebe que politicamente se possa criticar o facto destas obras ainda não terem acontecido, mas não podem fazê-lo à luz da revisão orçamental que está em discussão.

Em relação às publicações - questão que de vez em quando vem à discussão - esclarece que na Câmara Municipal, as que têm carácter regular são :o Catavento, o Boletim Municipal, o Boletim de Recursos Humanos e ainda dois documentos sectoriais que são semestrais O + Museu e O + Saúde. Estes últimos saem das respectivas áreas orgânicas duas vezes por ano.

Quanto á questão dos Trabalhos Especializados já teve oportunidade de esclarecer por diversas vezes, nomeadamente em sede de discussão do Orçamento, que esses Trabalhos correspondem ao que a Lei obriga. Nesta rubrica pesam três grandes despesas que são simultaneamente investimento, como a Simarsul, a Amarsul e o pagamento da energia pública.

No que respeita às despesas com edifícios, compreende que outras forças políticas, ou outras pessoas, fizessem outras opções. O executivo entende que não consegue construir um novo edifício da Administração Urbanística com as actuais disponibilidades orçamentais. A opção de recurso a um imóvel alugado que resolveu imediatamente o problema das instalações inoperantes dos serviços de Administração Urbanística foi, em matéria de gestão, a decisão mais acertada porque se iria demorar anos a reunir a verba necessária para construir um edifício. Mesmo fazendo o exercício de raciocínio apresentado pelo Sr. José Manuel Silvério, ir-se-ia levar muitos anos para construir este edifício. Quanto à Escola de Cajados é uma das obras que tem valor reforçado.

Em relação ao reforço da verba para a obra do reforço de abastecimento de água a aldeia Nova da Aroeira diz que visa completar a obra que só não aconteceu no ano transacto devido a uma interrupção provocada pela ausência de resposta das Estradas de Portugal sobre o atravessamento da via. Neste momento já foi reiniciada pelo que a conclusão e respectivo pagamento, transitaram para este ano.

Por fim gostava de sublinhar que esta Revisão, apesar dos Srs. Membros da Assembleia não o terem referido, tem um aspecto que considera importante e que foi sublinhado em reunião de Câmara. O valor significativo da Revisão remete sobretudo para o reforço das Despesas de Capital, ou seja, do Investimento.

Termina dizendo que o facto de se ter chegado ao final do ano com este nível de execução e com este saldo, não se deve a incapacidade de gerir mas sim pela prudência que teve a ver com a diminuição da receita e contenção na realização das obras e empreitadas.

Sr. Dr. Miranda Lemos do PS, solicita esclarecimento em relação às verbas esperadas em termos de Receita.

Sra. Presidente da Câmara, diz que percebe a visão subjacente à pergunta só que a Receita arrecada-se ou não se arrecada e a questão simples não é conseguir gerá-la.

Relativamente às receitas que são provenientes das taxas de loteamentos não se pode dizer que é a Câmara Municipal que tem a capacidade de gerar essa receita ou não. É uma receita que depende, claramente, da capacidade de investimento dos privados.

Como exemplo diz que a Câmara prevê o desenvolvimento de uma determinada urbanização e tudo leva a crer que o projecto se desenrole de modo a realizar uma determinada receita.. O que se passa é que a Câmara prevê o que potencialmente pode acontecer, mas não depende da Câmara o momento da realização concreta dessa receita.

Sr. Dr. Bracinha Vieira do PSD, diz que a sua intervenção é suscitada pela intervenção do Sr. Dr. Miranda Lemos.

É sua opinião que a oposição não pode dizer que quer salvaguardar o ordenamento do território, o ambiente e evitar que Palmela se torne uma zona de cimento de lés a lés e reivindicar ao mesmo tempo que a Câmara não tenha arrecadado receitas provenientes de loteamentos. Tem que se ter uma visão diferente, e essa é a opinião do PSD, conservar o território e fazer uma pausa no enorme crescimento de loteamentos, nomeadamente em período de revisão do PDM.

Por outro lado é difícil que as autarquias locais tenham grandes receitas quando o PIB português está praticamente estagnado e tem o menor crescimento dos vinte e sete países da União Europeia. É impossível em qualquer autarquia deste País haver um crescimento expectável da receita, sendo que esta situação é a consequência da estagnação económica do País mas sobre a qual o Governo procura dizer, através dos meios de comunicação social, que há recuperação.

Em sua opinião quem está na oposição não pode ter duplicidade mas sim depoimentos consistentes.

Não havendo mais intervenções, o **Sr. Presidente da Mesa** coloca a proposta à votação tendo sido aprovada por maioria com 15 votos a favor (14 CDU e 1 BE), 5 votos contra do PS e 4 abstenções do PSD. Aprovado em minuta.

2 – Aditamento ao Protocolo de Delegação de Competências celebrado entre a Câmara Municipal de Palmela e a Junta de Freguesia de Marateca

Sr. Presidente da Mesa, pergunta à Sra. Presidente da Câmara se quer aduzir algum esclarecimento à proposta.

Sra. Presidente da Câmara, diz que a proposta corresponde à regularização de uma situação que já existe com outras Juntas de Freguesia e que, no caso de Marateca, não tinha acontecido de início, uma vez que a vontade de acolher esta actividade foi manifestada pela Junta no decurso do trabalho de preparação dos protocolos. Ficou imediatamente acordado com o Sr. Presidente da Junta que se faria posteriormente uma rectificação e passaria também a recolher os monos como outras Juntas já fazem.

Sr. Presidente da Mesa, pergunta se alguém tem alguma questão a colocar.

Sr. Carlos Guinote do BE, diz que se vai abster na votação o que pode parecer contradição uma vez que em anteriores protocolos com as Juntas de Freguesia votou contra. Mas como se está sempre a tempo de reconhecer os erros admite que errou, senão não teria votado contra. Em sua opinião as Juntas de Freguesia têm pouco poder e do seu ponto de vista os protocolos deviam ser mais avançados. Sabe que a Lei impõe limitações mas, se houver uma boa vontade da Câmara, é sempre possível fazer com que as Freguesias tenham outras actividades e sejam capazes de fazer outras coisas porque estão mais perto dos cidadãos.

Sr. Faustino Santos do PS apresenta cumprimentos a todos os presentes.

Refere que o presente protocolo é interessante porque os grandes beneficiados são as populações. Diz que se a Marateca for capaz de manter este protocolo com qualidade, será uma grande vantagem para os meios rurais porque vai recolher todos aqueles monos que se juntam à volta dos contentores, o que é uma aberração e que não fica bem ao Município nem a ninguém.

É certo que depois há um trabalho a fazer, à semelhança do que foi feito em Quinta do Anjo, que é disciplinar as pessoas a colocar os resíduos nos dias estipulados.

Para a Junta de Freguesia não será um protocolo que traga grandes vantagens a nível financeiro, uma vez que o orçamento da Junta não é o que gostaria e é muito pequeno, porque o investimento que foi feito, para poder acolher este protocolo, vai levar alguns anos a colmatar esta situação. Teve que ser adquirido equipamento para realizar o trabalho e é já um acto de grande vontade o investimento que ficará para o futuro. De início esta não era a forma pretendida para o

protocolo, em termos de recolha e entrega dos monos no aterro sanitário, mas durante as negociações a Junta acedeu a assinar o protocolo semelhante ao da Junta de Freguesia de Poceirão.

Termina dizendo que, à semelhança deste, tem outros protocolos pedidos há alguns anos e quando a Câmara Municipal entender fazê-los a Junta de Freguesia estará disposta a acolhê-los.

Não havendo mais intervenções, o **Sr. Presidente da Mesa** coloca a proposta à votação tendo sido aprovada por unanimidade com 24 votos a favor (14 CDU, 5 PS, 4 PSD e 1 BE). Aprovado em minuta.

3 – Participação da Câmara Municipal de Palmela na constituição da Associação de Municípios Portugueses do Vinho

Sr. Presidente da Mesa, pergunta à Sra. Presidente da Câmara se quer aduzir algum esclarecimento à proposta.

Sra. Presidente da Câmara, faz um pequeno historial do processo realçando um ou outro aspecto que não consta na proposta e que tem interesse em sublinhar.

A comissão organizadora desta associação tem, neste momento, trinta e cinco municípios que manifestaram intenção de aderir. Foi estipulado que cada município, dos que estão na comissão organizadora, tomava a iniciativa de divulgar os objectivos da associação junto dos municípios vizinhos. No caso concreto, Palmela fê-lo junto de Setúbal e do Montijo.

No País existem cento e noventa e oito municípios identificados com o sector do vinho, ou seja, nas condições que a proposta define. Esta associação tem subjacente a ideia de tornar este sector mais forte em termos nacionais e juntar as várias regiões que, isoladamente, são demasiado para competir com outras regiões da Europa.

Sr. Presidente da Mesa, pergunta se alguém tem alguma questão a colocar.

Sr. José Manuel Silvério do PS, diz que é com agrado que vê o nosso Concelho, referência em Portugal no sector vinícola, ser convidado para a Comissão Instaladora que irá formalizar a associação na próxima segunda-feira.

O Município de Palmela tem desenvolvido nesta matéria de promoção dos vinhos, um trabalho empenhado. Sente grande orgulho na nossa terra, quando chega à Feira Agrícola e Comercial de Santarém e vê um pavilhão da Câmara de Palmela a promover os vinhos.

A Democracia é isto: é termos opiniões diferentes, até porque no tempo de Salazar também havia opiniões diferentes, e se alguém pensa que deveríamos ter todos a mesma opinião ou é “parvo ou parvalhão”.

Quando estamos fora da periferia do Concelho somos todos por ele, esta é a nossa terra e é a melhor terra do nosso País.

A Autarquia de Palmela tem valorizado, e bem, as adegas e engarrafadores de vinho do Concelho mas é preciso olhar com atenção para os pequenos agricultores, produtores de uvas que as vendem muito baratas para terem um vinho muito caro. Uma apreciação deste tipo deve preocupar-se com certo tipo de "cartel" no preço da compra das uvas. Lembra-se quando era criança que quem fazia o preço das uvas não era quem as vendia mas sim a adega. Isto está a voltar a acontecer porque os pequenos agricultores, ao terem que vender a uvas a 0,25 € o quilo, preço muito abaixo do custo de produção, é como que um convite muito forte ao abandono das suas terras. Deste modo pede para que a autarquia defenda os pequenos agricultores.

Verifica que nos estatutos é dada uma grande importância à possibilidade do Conselho Directivo poder nomear um Secretário-Geral para a gestão corrente da associação que seja conhecedor da produção de uva e vinho.

Termina desejando que a associação seja funcional e as maiores felicidades à Câmara num trabalho que é importante para o Concelho de Palmela.

Sr. Carlos Guinote do BE, diz que vê com muito agrado a formação desta associação e a Câmara de Palmela com a experiência de Fernando Pó tem demonstrado como é bom ajudar a promover os vinhos. Refere que se pode constatar, através de informação divulgada na comunicação social, que muita gente tomou contacto com os vinhos de Fernando Pó.

Esta associação é bem vinda porque nos estatutos é referido que irão fazer a promoção, tal como lhes compete, mas também pela cooperação com universidades e institutos politécnicos para promoção e apoio a iniciativas de estudos de investigação.

A juventude, e não só, tem vindo progressivamente a beber cerveja e bebidas de grande teor alcoólico. Naturalmente que esta associação não terá como função combater outras bebidas alcoólicas. Deverá promover o vinho não só porque produzindo muito vinho é bom economicamente para a região mas, sobretudo, chamando a atenção das qualidades que o vinho tem em relação a outro tipo de bebidas alcoólicas. A associação deve aproveitar a investigação da ciência em relação ao benefício das moléculas existentes no vinho.

Terminadas as intervenções, o **Sr. Presidente da Mesa** coloca a proposta à votação tendo sido aprovada por unanimidade com 24 votos a favor (14 CDU, 5 PS, 4 PSD e 1 BE). Aprovado em minuta.

Não havendo mais assuntos a tratar, deu-se por encerrada a sessão cerca das 22,25 horas do dia 26 de Abril de 2007, tendo sido lavrada a presente acta, que eu Maria Amélia Colaço Fragoso Ludovina das Dores redigi e subscrevi.

Palmela, 26 de Abril de 2007